

CONCURSO PÚBLICO - 01/2025



045 - PROCURADOR MUNICIPAL

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES SEGUINTE

1. Para a realização desta prova, você está recebendo este CADERNO DE QUESTÕES. No momento oportuno, lhe será entregue a sua FOLHA DE RESPOSTAS.
2. Verifique se este CADERNO DE QUESTÕES corresponde à sua opção de cargo e possui 40 (quarenta) questões, numeradas de 01 a 40. Do contrário, solicite outro ao FISCAL, imediatamente. Não serão aceitas reclamações posteriores.
3. Para cada questão existe apenas uma resposta correta, que deverá ser assinalada na FOLHA DE RESPOSTAS, com caneta esferográfica de tinta preta. Aquele que utilizar caneta de outra cor assume os riscos da impossibilidade ou de eventuais erros na leitura óptica de suas respostas.
4. Você terá 04(quatro) horas para responder a todas as questões e preencher a FOLHA DE RESPOSTAS.
5. Nenhum candidato poderá sair da sala antes de decorridos 60 (sessenta) minutos do início da prova, ressalvados os casos de emergência médica.
6. O PORTE de quaisquer fontes de consulta, aparelhos de comunicação - inclusive telefone celular - e/ou de registro de dados, no recinto da prova, a qualquer momento, caracteriza TENTATIVA DE FRAUDE, procedendo-se à retirada imediata do candidato e a sua ELIMINAÇÃO SUMÁRIA do concurso. Será igualmente excluído o candidato surpreendido em comunicação com outros candidatos.
7. Ao concluir a prova, o candidato terá que devolver a FOLHA DE RESPOSTAS devidamente ASSINADA, bem como este CADERNO DE QUESTÕES, o qual somente poderá ser levado pelo candidato 30 minutos antes do horário previsto para o término da prova.
8. Os 03 (três) últimos candidatos a concluírem a prova deverão sair juntos e assinar em local apropriado na ATA DA PROVA. Não deixe de também assinar a LISTA DE FREQUÊNCIA.
9. Este CADERNO DE QUESTÕES e o GABARITO OFICIAL serão divulgados após a aplicação desta prova, no endereço eletrônico www.institutolegatus.com.br, no prazo previsto no edital do concurso.
10. Por ocasião da divulgação do resultado preliminar, o Instituto Legatus disponibilizará, para consulta, cópia digitalizada de sua FOLHA DE RESPOSTAS.

LÍNGUA PORTUGUESA**Texto 1 - Maioria dos escritores profissionais usam IA como ferramenta, aponta pesquisa**

A maioria dos escritores afirmam recorrer a ferramentas de inteligência artificial, relatando ganhos de produtividade, mas apenas 7% deles afirmam ter publicado algum texto gerado por IA, segundo uma pesquisa publicada na revista americana Publishers Weekly.

O estudo feito pela plataforma Gotham GhostWriters, com respostas virtuais de profissionais da escrita de ficção e não ficção de todo o mundo, mostra que 61% deles incorporam a IA no dia a dia. São principalmente os ficcionistas que permanecem mais distantes e cautelosos com essas ferramentas.

O levantamento "*A.I. and the Writing Profession*" se volta a entender como profissionais da escrita percebem a presença crescente da IA na profissão. A conclusão dos responsáveis pelo estudo é que a categoria enxerga a tecnologia como algo ambíguo, ao mesmo tempo útil e ameaçador.

Segundo a pesquisa, os escritores que mais recorrem à IA são os de autoajuda profissional, relações públicas e marketing. Entre os que menos incorporam essas ferramentas, segundo o levantamento, estão os editores de texto e jornalistas.

Já 63% dos escritores afirmam usar IA para produzir rascunhos que depois serão editados, enquanto apenas 7% admitem publicar textos gerados diretamente pela tecnologia. O relatório registra que, embora a familiaridade reduza parte da desconfiança, as preocupações ainda são grandes. Nove em cada dez escritores temem a introdução de erros factuais nos textos. A rejeição é quase unânime entre os que não utilizam IA, enquanto apenas 61% dos usuários assíduos consideram o treinamento de modelos injusto.

Quando o recorte se afunila para os 291 autores de ficção consultados na pesquisa, só 42% dizem recorrer à IA e quase sempre de forma esporádica. Entre eles, a percepção é majoritariamente positiva, já que 60% afirmam que a tecnologia melhora a qualidade da escrita e 87% dizem que aumenta a produtividade.

Já entre os não usuários, o estudo identifica um repúdio quase unânime, alimentado tanto por preocupações éticas quanto pela avaliação de que textos produzidos por IA têm baixa qualidade.

Segundo a Publishers Weekly, quase metade dos escritores *freelancers* relatam queda na demanda por trabalho por causa da IA, e três em cada quatro acreditam que as oportunidades tendem a diminuir com o avanço da tecnologia. Por outro lado, 21% dos usuários intensivos de IA afirmam ter visto o volume de demandas aumentar.

Texto de Aline Esteves, (adaptado). Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2025/11/> acesso em 24 de novembro de 2025.

QUESTÃO 01

A pesquisa apresentada pelo texto indica a relação dos escritores com a IA marcada por ambivalência. Considerando essa caracterização explícita, a alternativa que melhor destaca essa ambiguidade, conforme o texto, é aquela que afirma que os escritores

- (A) reconhecem a IA como produtiva, mas a rejeitam parcialmente devido à ausência de regulamentação específica no mercado editorial.
- (B) utilizam a IA apenas quando supervisionados por editores, evitando seu uso espontâneo por receio de comprometer o estilo individual.
- (C) veem a IA como instrumento capaz de substituir apenas parte do trabalho humano, embora a julguem insuficiente para usos editoriais.
- (D) admitem ganhos pontuais de produtividade, porém entendem a IA como uma ameaça estrutural tanto à ética autoral quanto ao emprego na escrita.
- (E) defendem que a IA deve ser usada para revisões formais, preterindo sua aplicação na elaboração de rascunhos ou ideias iniciais.

QUESTÃO 02

Ao longo de todo o texto, há uma comparação entre os grupos profissionais que recorrem ao trabalho com IA. Assim, a partir dessas comparações, argumenta-se que

- (A) editores e jornalistas são os mais propensos a publicar textos gerados por IA, pois têm maior familiaridade com tecnologias emergentes.
- (B) ficcionistas utilizam mais a IA que escritores de marketing, mas são mais reticentes na análise de produtividade.
- (C) escritores de autoajuda e relações públicas integram a IA com maior frequência do que ficcionistas, o que evidencia uma diferença de finalidade no uso da tecnologia.
- (D) autores de ficção são os que mais confiam na IA para elaboração de textos finais, ainda que relatem baixa produtividade.
- (E) jornalistas e editores preferem a IA para pesquisas factuais, evitando-a apenas para tarefas de criação literária.

QUESTÃO 03

Aborda-se, no texto, uma referência à queda da demanda entre *freelancers* e ao temor de erros factuais, pois isso implica que, no contexto da profissão, a IA é vista como

- (A) tecnologia de alimentação, cujo impacto depende da regulamentação legal prevista pelas editoras.
- (B) ferramenta cujo benefício está amplamente disponível a escritores iniciantes, porém pouco útil aos experientes.
- (C) mecanismo que busca substituir as tarefas editoriais, provocando uma reorganização rigorosa do mercado.
- (D) recurso que banaliza problemas éticos e factuais, como plágio e verificação, reduzindo segurança dos profissionais.
- (E) elemento de tensão que simultaneamente amplia facilidades produtivas e ameaça a estabilidade do trabalho.

QUESTÃO 04

“A categoria enxerga a tecnologia como algo ambíguo, ao mesmo tempo útil e ameaçador”. A seleção expressiva dos recursos linguísticos, no que diz respeito ao uso de figuras de linguagem, nos remete a um(a)

- (A) metáfora que equipara a tecnologia a uma entidade que pensa e é capaz de gerar determinada ideia.
- (B) paradoxo que expressa a convivência de ideias aparentemente opostas dentro de uma mesma avaliação.
- (C) prosopopeia que confere à tecnologia atributos capazes de reverberar o tom mais crítico.
- (D) antítese que aponta a contraposição entre utilidade e ameaça, sugerindo uma clara hierarquia valorativa.
- (E) hipérbole que exagera a percepção negativa da IA para reforçar os receios apresentados na pesquisa.

QUESTÃO 05

Os elementos coesivos de um texto permitem a progressão das ideias, conectando partes desse texto e contribuindo para a coerência. Está corretamente analisado o elemento de coesão referencial em

- (A) Segundo a pesquisa, os escritores que mais recorrem à IA são os de autoajuda profissional, relações públicas e marketing. ANÁFORA DIRETA NEUTRA.
- (B) Entre os que menos incorporam essas ferramentas, segundo o levantamento, estão os editores de texto e jornalistas. ANÁFORA RESUMIDORA AVALIATIVA.
- (C) São principalmente os ficcionistas que permanecem mais distantes e cautelosos com essas ferramentas. CATÁFORA DIRETA.

(D) [...] apenas 61% dos usuários assíduos consideram o treinamento de modelos injustos. ANÁFORA INDIRETA NEUTRA.

(E) Por outro lado, 21% dos usuários intensivos de IA afirmam ter visto o volume de demandas aumentar. CATÁFORA RESUMIDORA.

QUESTÃO 06

Analise os itens quanto à classificação das orações destacadas:

- I. A maioria dos escritores afirmam recorrer a ferramentas de artificial. – ORAÇÃO SUBORDINADA SUBSTANTIVA OBJETIVA DIRETA.
- II. Já 63% dos escritores afirmam usar IA para produzir rascunhos que depois serão editados [...]. ORAÇÃO SUBORDINADA ADVERBIAL FINAL.
- III. Segundo a pesquisa, os escritores que mais recorrem à IA são os de autoajuda profissional [...]. ORAÇÃO SUBORDINADA ADVERBIAL CONFORMATIVA.
- IV. Entre os que menos incorporam essas ferramentas, segundo o levantamento, estão os editores de texto e jornalistas. ORAÇÃO SUBORDINADA ADJETIVA EXPLICATIVA.

Estão corretos apenas os itens:

- (A) I e II.
- (B) II e III.
- (C) I e III.
- (D) II e IV.
- (E) III e IV.

QUESTÃO 07

No enunciado “A conclusão dos responsáveis pelo estudo é que a categoria enxerga a tecnologia como algo ambíguo, ao mesmo tempo útil e ameaçador.” Acerca da classificação sintática dos termos destacados, têm-se, respectivamente,

- (A) complemento nominal e objeto direto.
- (B) adjunto adnominal e complemento nominal.
- (C) adjunto adnominal e predicativo do objeto.
- (D) objeto indireto e objeto indireto.
- (E) adjunto adnominal e adjunto adverbial.

QUESTÃO 08

Em “Segundo a pesquisa, os escritores que mais recorrem à IA são os de autoajuda profissional, relações públicas e marketing.” O sinal indicador de crase do enunciado se justifica para atender à regra de regência de um termo subordinante. Nas alternativas abaixo, o sinal indicador de crase se justifica exatamente pela mesma regra.

- (A) A confiabilidade aumenta à medida que usamos a IA.
- (B) Alguns autores usam a tecnologia no dia a dia, outros, apenas, às vezes.
- (C) A chegada da IA está sendo à francesa.
- (D) 22% relatam ter usado o ChatGPT na última semana, bem à frente das outras ferramentas.
- (E) As pessoas disseram que usam IA, semanalmente, às escritoras de ficção.

QUESTÃO 09

Está correta a análise da função sintática do termo destacado em:

- (A) Já 63% dos escritores afirmam usar IA para produzir rascunhos que depois serão editados[...]. ADJUNTO ADNOMINAL.
- (B) São principalmente os ficcionistas que permanecem mais distantes e cautelosos com essas ferramentas. PREDICATIVO DO SUJEITO.
- (C) O relatório registra que, embora a familiaridade reduza parte da desconfiança. OBJETO DIRETO.
- (D) A rejeição é quase unânime entre os que não utilizam IA [...]. SUJEITO SIMPLES.
- (E) [...] e três em cada quatro acreditam que as oportunidades tendem a diminuir com o avanço da tecnologia. OBJETO INDIRETO.

24 de Novembro 2025

Frank & Ernest - Bob Thaves



Tirinha de Bob Thaves, disponível em <https://www.estadao.com.br/cultura/quadrinhos/> acesso em 24 de novembro de 2025.

QUESTÃO 10

Sobre o processo de formação de vocábulos da língua portuguesa e os elementos mórficos que os formam, está correto o que se afirma em:

- (A) Antidesinstitucionalização – é um prefixo indicador de anterioridade.
- (B) Antidesinstitucionalização – é um sufixo formador de adjetivo.
- (C) Antidesinstitucionalização – é um sufixo formador de substantivo.
- (D) Antidesinstitucionalização – é o radical primário.
- (E) Antidesinstitucionalização – é vogal e consoante de ligação.

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO**QUESTÃO 11**

Considere a afirmação:

“Todo aluno do curso participou da avaliação diagnóstica ou entregou o relatório final.”

A negação lógica correta dessa afirmação é:

- (A) Nenhum aluno do curso participou da avaliação diagnóstica e nenhum entregou o relatório final.
- (B) Existe pelo menos um aluno do curso que participou da avaliação diagnóstica e entregou o relatório final.
- (C) Existe pelo menos um aluno do curso que não participou da avaliação diagnóstica nem entregou o relatório final.
- (D) Todos os alunos do curso não participaram da avaliação diagnóstica ou não entregaram o relatório final.
- (E) Existe pelo menos um aluno do curso que não participou da avaliação diagnóstica ou não entregou o relatório final.

QUESTÃO 12

Em uma turma, trabalham-se com três predicados sobre cada aluno:

- **B(x)**: x é bolsista;
- **P(x)**: x participa do projeto;
- **T(x)**: x estuda à tarde.

Sabe-se que:

1. Se um aluno não estuda à tarde, então ele não participa do projeto.
2. Existe pelo menos um aluno que é bolsista e participa do projeto.

Com base apenas nessas informações, qual das afirmações deve ser verdadeira?

- (A) Todos os bolsistas estudam à tarde.
- (B) Existe pelo menos um aluno que participa do projeto e não estuda à tarde.
- (C) Nenhum aluno que estuda à tarde é bolsista.
- (D) Todos os que participam do projeto são bolsistas.
- (E) Existe pelo menos um aluno que é bolsista e estuda à tarde.

QUESTÃO 13

Um laboratório inicia um cultivo com 500 bactérias. Observou-se que, a cada hora, o número de bactérias cresce segundo uma razão constante, de modo que após 3 horas o total é de 4000 bactérias. Admitindo que o crescimento forma uma progressão geométrica com primeiro termo $a_0 = 500$ (hora zero) e razão $q > 0$, o número de bactérias após 5 horas será igual a:

- (A) 6 000
- (B) 8 000
- (C) 12 000
- (D) 16 000
- (E) 20 000

QUESTÃO 14

João aplicou R\$ 2.000,00 em uma aplicação que rende 10% ao ano, com capitalização anual (juros compostos). Após 3 anos, o montante acumulado por João será igual a:

- (A) R\$ 2.662,00
- (B) R\$ 2.600,00
- (C) R\$ 2.720,00
- (D) R\$ 2.800,00
- (E) R\$ 2.400,00

QUESTÃO 15

Numa feira, uma banca vende sacos de sementes. Em cada saco há 13 sementes: 4 de abóbora (pretas) e 9 de outros tipos. Uma cliente compra um único saco e retira duas sementes sem reposição desse mesmo saco (as extrações são independentes e cada extração é feita sem reposição dentro do saquinho). Qual a probabilidade de que exatamente uma das sementes retiradas seja de abóbora?

- (A) $\frac{9}{26}$
- (B) $\frac{6}{13}$
- (C) $\frac{3}{13}$
- (D) $\frac{4}{13}$
- (E) $\frac{7}{13}$

NOÇÕES DE INFORMÁTICA**QUESTÃO 16**

Quando o objetivo é aumentar a capacidade de processamento, busca-se uma ação que permita ao sistema executar aplicações de forma mais rápida e eficiente, reduzindo gargalos durante a execução de programas pesados ou multitarefas. Dentre as opções a seguir, qual ação é a mais adequada para melhorar a capacidade de processamento do computador?

- (A) Ampliar a quantidade de memória RAM instalada no sistema.
- (B) Substituir o cooler por um modelo com maior fluxo de ar.
- (C) Conectar um segundo monitor para ampliar a área de trabalho.
- (D) Alterar o papel de parede para uma imagem mais leve.
- (E) Esvaziar a Lixeira para liberar espaço no disco.

QUESTÃO 17

Um usuário deseja aumentar o espaço disponível para salvar documentos, fotos e vídeos em seu computador. Para isso, ele precisa realizar uma expansão de armazenamento interno, adicionando um dispositivo capaz de armazenar permanentemente seus arquivos. Qual das opções a seguir representa essa expansão?

- (A) Instalar uma nova placa-mãe.
- (B) Atualizar o driver de vídeo.
- (C) Instalar um SSD adicional.
- (D) Aumentar a memória RAM.
- (E) Instalar uma nova placa de rede.

QUESTÃO 18

Sobre o gerenciamento de arquivos e pastas no sistema operacional Windows, analise os itens a seguir:

- I. Ao mover um arquivo dentro do Explorador de Arquivos, o usuário está realizando a ação de criar um atalho.
- II. A extensão de arquivo que representa um documento de texto criado por processadores de texto, como o Microsoft Word, é .dll.
- III. Quando um usuário cria uma nova pasta dentro de outra pasta já existente, essa nova pasta é chamada de diretório raiz.

Pode-se afirmar que:

- (A) Todos os itens estão incorretos.
- (B) Apenas o item I está correto.
- (C) Apenas o item II está correto.
- (D) Apenas os itens II e III estão corretos.
- (E) Todos os itens estão corretos.

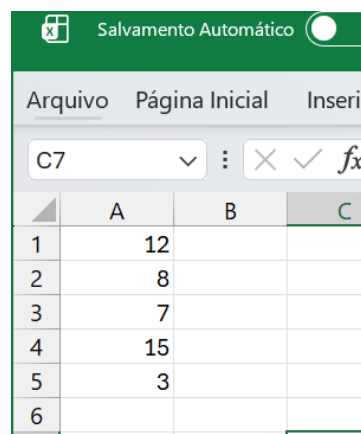
QUESTÃO 19

Com o crescimento do uso de computadores e dispositivos móveis, tornou-se comum armazenar arquivos de forma remota, permitindo acessá-los de qualquer lugar com conexão à internet. Entre os itens abaixo, qual é considerado um serviço de armazenamento em nuvem?

- (A) BIOS
- (B) Adobe Photoshop
- (C) Windows Media Player
- (D) Notepad
- (E) Microsoft OneDrive

QUESTÃO 20

Um usuário deseja utilizar uma função no Microsoft Excel que retorna o maior número presente no intervalo A1:A5. No exemplo na imagem abaixo, o resultado a ser retornado é o número 15:



Salvamento Automático

	A	B	C
1	12		
2	8		
3	7		
4	15		
5	3		
6			

Qual função deve ser utilizada para retornar esse valor?

- (A) =SOMA(A1:A5)
- (B) =MÁXIMO(A1:A5)
- (C) =MAIOR(A1:A5;5)
- (D) =SUPERIOR(A1:A5)
- (E) =CONT.VALORES(A1:A5)

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS E
LOCAIS****QUESTÃO 21**

Em um determinado município, foi editada uma lei que, embora não conflitasse diretamente com a legislação federal, estabelecia um padrão de proteção ambiental inferior ao que é implicitamente exigido pelos princípios da Constituição Federal, como o da defesa do meio ambiente. Diante dessa situação hipotética, assinale a alternativa correta.

- (A) A lei municipal é válida, pois inexistente um conflito direto com uma lei federal específica sobre o tema.
- (B) A lei municipal é inconstitucional por violar o princípio da aplicação simétrica das normas constitucionais.
- (C) A constitucionalidade da lei municipal só pode ser questionada por meio de Ação Direta de Inconstitucionalidade no Tribunal de Justiça do Estado.
- (D) A lei municipal é inconstitucional por violar o princípio da supremacia da Constituição, que abrange princípios implícitos como o da vedação da proteção deficiente.**
- (E) A lei municipal é válida, pois se enquadra na competência legislativa suplementar do Município para tratar de assuntos de interesse local.

QUESTÃO 22

Uma empresa do ramo imobiliário integralizou um imóvel ao seu patrimônio social, com o objetivo de futura comercialização. No que tange à incidência do Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), de competência municipal, assinale a alternativa correta.

- (A) O ITBI não incide em nenhuma hipótese de integralização de capital social com bens imóveis, por se tratar de imunidade tributária incondicionada.
- (B) Não incide ITBI sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital, salvo se, nesses casos, a atividade preponderante do adquirente for a compra e venda desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil.**
- (C) O ITBI incide sobre a operação, pois a empresa tem como atividade preponderante a compra e venda de imóveis, não se aplicando a imunidade.
- (D) A incidência do ITBI fica suspensa até que a empresa realize a primeira venda de um imóvel após a integralização do capital.
- (E) O ITBI incide, porém com alíquota reduzida, por se tratar de uma operação de fomento à atividade empresarial no Município.

QUESTÃO 23

Um cidadão ajuíza uma ação com pedido de tutela provisória de urgência para compelir o Município a realizar uma obra pública, alegando risco à segurança dos moradores de uma determinada localidade. Considerando as normas sobre tutela provisória contra a Fazenda Pública, é correto afirmar:

- (A) A concessão da tutela provisória é possível, desde que preenchidos os requisitos da probabilidade do direito e do perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, e não haja vedação legal para o caso específico.**
- (B) A concessão da medida liminar é expressamente vedada pela legislação de regência sempre que a decisão judicial implicar em qualquer tipo de aumento de despesa para o Poder Público, independentemente da urgência ou da natureza do direito pleiteado.
- (C) A tutela provisória não pode ser concedida em nenhuma hipótese, pois esgotaria o objeto da ação.
- (D) O juiz deve, obrigatoriamente, designar audiência de justificação prévia com a presença de um representante do Município antes de decidir sobre a tutela provisória.
- (E) A tutela provisória só pode ser concedida após a apresentação de contestação pelo Município, em respeito ao princípio do contraditório.

QUESTÃO 24

Um agente público, por meio de uma conduta culposa, causou um prejuízo ao erário municipal. Nesse sentido, pode-se afirmar que tal conduta

- (A) configura ato de improbidade administrativa na modalidade culposa, sujeitando o agente às sanções previstas na lei.
- (B) não se tipifica como ato de improbidade administrativa, uma vez que se passou a exigir o dolo para a configuração de todos os atos de improbidade.**
- (C) Configura ato de improbidade que causa prejuízo ao erário, mesmo que a conduta seja culposa, em razão da natureza do bem jurídico tutelado.
- (D) A responsabilidade do agente será apurada em processo administrativo disciplinar específico, sem prejuízo da ação civil de ressarcimento do dano.
- (E) O agente só poderá ser responsabilizado por improbidade se, além do prejuízo ao erário, houver também o seu enriquecimento ilícito.

QUESTÃO 25

Analise as afirmativas a seguir, a respeito do controle da constitucionalidade no Brasil.

- I. O controle abstrato de constitucionalidade pode ser exercido por qualquer juiz ou tribunal, no curso de um processo judicial concreto.
- II. A Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC) tem como objetivo principal confirmar a compatibilidade de uma lei ou ato normativo federal com a Constituição.
- III. A Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) é cabível para impugnar leis ou atos normativos municipais em face da Constituição Federal.

Está(ã) correta(s):

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas I e II.
- (C) Apenas I e III.
- (D) Apenas II e III**
- (E) I, II e III.

QUESTÃO 26

Um guarda municipal apresenta requerimento à Secretaria de Administração solicitando sua aposentadoria especial, uma vez que exerceu suas atividades por 25 anos em condições que o expunha a riscos. Considerando a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) e as normas previdenciárias aplicáveis aos servidores públicos, assinale a alternativa correta.

- (A) O guarda municipal não tem direito à aposentadoria especial, pois este benefício é exclusivo dos segurados do Regime Geral de Previdência Social (RGPS).
- (B) A concessão da aposentadoria especial depende da edição de uma lei complementar municipal específica que regulamente a matéria para os servidores locais.
- (C) Conforme a Súmula Vinculante nº 33 do STF, aplicam-se ao servidor público, no que couber, as regras do RGPS sobre aposentadoria especial de que trata o artigo 40, § 4º, inciso III da Constituição Federal, até a edição de lei complementar específica.**
- (D) O guarda municipal tem direito à aposentadoria especial, mas com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, e não integrais.
- (E) O tempo de serviço especial deve ser convertido em tempo comum com um acréscimo, mas sem o direito à aposentadoria com requisitos diferenciados.

QUESTÃO 27

Uma associação cultural, constituída há seis meses, pretende ajuizar uma Ação Civil Pública para a proteção do patrimônio histórico do Município. Sobre a legitimidade ativa da associação, é correto afirmar:

- (A) A associação não possui legitimidade para a propositura da ação, pois a tutela de interesses difusos e coletivos, como o patrimônio histórico, é atribuição exclusiva e indelegável do Ministério Público.
- (B) A associação tem legitimidade, podendo o juiz dispensar o requisito da pré-constituição de um ano diante do manifesto interesse social do caso.**
- (C) A associação só terá legitimidade para a causa se comprovar, mediante lista de presença em assembleia, que possui um número mínimo de associados residentes no Município e que a decisão de ajuizar a ação foi unânime.
- (D) A associação deveria ter optado pela Ação Popular, instrumento processual mais adequado para a defesa do patrimônio público por particulares, sendo a Ação Civil Pública reservada a entes estatais.
- (E) A associação possui legitimidade plena e incondicionada para ajuizar a ação, independentemente do tempo de sua constituição, bastando que sua finalidade institucional seja a proteção ao patrimônio histórico e cultural, conforme previsão estatutária.

QUESTÃO 28

No exame de atos administrativos antigos, o procurador precisa separar vício de legalidade e juízo de conveniência e oportunidade, sobretudo quando a Administração revisa decisões e seus efeitos. Assinale a alternativa correta sobre extinção e convalidação de atos administrativos.

- (A) Revogação incide sobre atos vinculados com vício de legalidade, produz efeitos retroativos e busca recompor a situação anterior, sendo típica do controle judicial por ofensa à lei.
- (B) Anulação recai sobre atos discricionários por razões de mérito, produz efeitos prospectivos e pode ocorrer por decisão judicial, inclusive diante de mudança de política pública.
- (C) Convalidação saneia defeitos sanáveis de competência e de forma, preserva a finalidade pública e, em regra, retroage à data do ato, evitando repetição de procedimento e custos administrativos.**
- (D) Cassação decorre de juízo de conveniência e oportunidade, incide em autorizações e licenças e revisa a medida administrativa, ainda que o particular mantenha requisitos e condições originais.
- (E) Anulação e revogação operam revisão conjunta de mérito e legalidade, com efeitos equivalentes no tempo e recomposição idêntica das situações jurídicas no contencioso administrativo.

QUESTÃO 29

9. Na atuação consultiva, a Procuradoria participa de negociações com particulares, termos de ajustamento e soluções consensuais, exigindo leitura fina do regime jurídico-administrativo. Assinale a alternativa correta sobre supremacia e indisponibilidade do interesse público.

- (A) **Supremacia do interesse público legitima prerrogativas de atuação unilateral previstas em lei, e a indisponibilidade exige competência, finalidade e motivação para transações e ajustes, preservando legalidade.**
- (B) Supremacia do interesse público funciona como autorização genérica para afastar lei em caso concreto, e a indisponibilidade autoriza renúncia de créditos quando a medida pareça conveniente ao gestor.
- (C) Supremacia do interesse público implica prevalência automática do Estado em qualquer conflito, e a indisponibilidade conduz o litígio como forma padrão de solução de controvérsias administrativas.
- (D) Supremacia do interesse público se confunde com vontade da maioria, e a indisponibilidade permite ajustar o interesse público ao privado para ampliar eficiência de contratos e parcerias.
- (E) Supremacia e indisponibilidade se aplicam a relações internas da Administração, deixando contratos e licitações sob regime privado, com igualdade plena entre as partes.

QUESTÃO 30

Sobre poderes e deveres da administração pública, analise as afirmativas.

- I. Poder regulamentar viabiliza execução da lei por atos normativos infralegais, observando limites da lei e da Constituição, evitando inovação em matéria reservada.
- II. Poder hierárquico permite distribuição interna de competências, delegação e avocação quando admitidas, além de orientar revisão de atos e controle de desempenho dentro da estrutura administrativa.
- III. Poder disciplinar alcança servidores e particulares sujeitos a vínculo especial com a Administração, exigindo procedimento regular, motivação e observância de garantias, conforme a natureza da sanção aplicada.
- IV. Poder de polícia condiciona exercício de direitos e atividades em favor do interesse público, com atributos que permitem imposição de medidas nos termos da lei e controle por legalidade e finalidade.

- V. Excesso de poder e desvio de finalidade configuram abuso do poder, repercutindo em invalidade do ato e em responsabilidade do agente, admitindo controle administrativo e judicial.

Estão corretas as afirmativas:

- (A) I, II e III, apenas.
(B) I, II, III e IV, apenas.
(C) II, III e V, apenas.
(D) II, III e IV, apenas.
(E) I, II, III, IV e V.

QUESTÃO 31

Na defesa do Município em ações indenizatórias, a discussão gira em torno de nexos causal, dever de agir, excludentes e direito de regresso, com impacto fiscal e social relevante. Assinale a alternativa correta sobre responsabilidade civil do Estado no direito brasileiro.

- (A) A responsabilidade estatal exige prova de culpa do agente em qualquer hipótese, pois a Constituição condiciona reparação patrimonial à demonstração de dolo ou negligência como regra geral.
- (B) A responsabilidade por ato comissivo decorre de risco integral, com reparação automática, e eventos como culpa exclusiva da vítima atuam como fator de ajuste do valor indenizatório.
- (C) A responsabilidade por omissão se equipara a ato legislativo, exigindo declaração prévia de inconstitucionalidade da norma, e o dever de indenizar surge após controle abstrato transitado em julgado.
- (D) **A responsabilidade por ato comissivo segue teoria do risco administrativo, exigindo conduta estatal, dano e nexo causal, admitindo excludentes e regresso contra o agente quando houver dolo ou culpa.**
- (E) A responsabilidade por omissão exige prova de enriquecimento ilícito do ente público, pois o dever de indenizar se vincula a vantagem patrimonial obtida com o evento danoso.

QUESTÃO 32

Na manhã de segunda-feira, uma liminar em ação coletiva determina que o Município implemente aumento remuneratório e pague diferenças em 15 dias, com previsão de bloqueio em caso de descumprimento. A decisão ameaça comprometer a execução orçamentária do trimestre e mobiliza a gestão interna. Marque a alternativa correta sobre a medida voltada a suspender a eficácia da liminar por grave lesão à ordem e à economia públicas.

- (A) Opor embargos de declaração com pedido de efeito suspensivo, alegar contradição e omissão e aguardar julgamento, pois o recurso reorienta a decisão e produz suspensão automática.
- (B) Apresentar contestação e requerer prova pericial sobre impacto financeiro, pois a dilação probatória afasta tutela provisória e impede execução da ordem enquanto houver controvérsia técnica.
- (C) Formular pedido de suspensão de liminar ao presidente do tribunal competente, demonstrar grave lesão e juntar elementos orçamentários, buscando sustar efeitos imediatos enquanto o mérito é apreciado.
- (D) Ajuizar reclamação constitucional no Supremo Tribunal Federal, argumentando usurpação de competência e contrariedade a súmula vinculante, com base em precedente obrigatório e pedido de suspensão imediata.
- (E) Instaurar incidente de resolução de demandas repetitivas no tribunal local, apontar multiplicidade de ações e requerer suspensão geral, pois o incidente produz suspensão integral da liminar vigente.

QUESTÃO 33

Sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal, analise as afirmativas.

- I. Renúncia de receita exige estimativa de impacto e demonstração de compatibilidade com metas fiscais, acompanhada de medidas de compensação quando necessário.
- II. Despesa com pessoal está sujeita a limites e mecanismos de ajuste, com medidas de contenção quando houver extrapolação, refletindo controle permanente e responsabilidade fiscal na gestão municipal.
- III. Transparência e controle se materializam em relatórios e instrumentos de divulgação periódica, permitindo fiscalização social e institucional sobre receita, despesa e resultados fiscais do ente.
- IV. Crédito adicional suplementar e especial prescinde de autorização legislativa quando houver saldo de caixa, bastando decreto do chefe do Executivo, pois a Lei de Responsabilidade Fiscal disciplina apenas metas e transparência.

- V. Criação de despesa obrigatória de caráter continuado dispensa estimativa de impacto e comprovação de compatibilidade com planejamento quando houver interesse social relevante, priorizando entrega de políticas públicas.

Estão corretas as afirmativas:

- (A) I, II e III, apenas.
- (B) I, II, III e IV, apenas.
- (C) II, III e V, apenas.
- (D) II, III e IV, apenas.
- (E) I, II, III, IV e V.

QUESTÃO 34

No gabinete, chega consulta sobre licenciamento de um galpão logístico em zona urbana, instalado integralmente no território municipal, fora de unidade de conservação e com impactos típicos de escala local, como ruído, tráfego e resíduos. O Município possui órgão ambiental estruturado e atua no Sistema Nacional de Meio Ambiente. Marque a alternativa correta sobre a competência para o licenciamento, à luz da Resolução CONAMA nº 237/1997:

- (A) atribuir competência ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, por envolver circulação interestadual de mercadorias e potencial repercussão ambiental em cadeia logística ampla.
- (B) encaminhar o licenciamento ao órgão ambiental estadual, pois atividades potencialmente poluidoras se submetem à condução estadual, e a atuação municipal se concentra em controle urbanístico e fiscalização.
- (C) processar o licenciamento no órgão ambiental municipal, por envolver impacto local e por existir estrutura municipal competente, observando procedimento, condicionantes e acompanhamento da atividade.
- (D) submeter o licenciamento ao Conselho Nacional do Meio Ambiente, pois a Resolução nº 237/1997 estabelece competência decisória do conselho para autorizar atividades potencialmente poluidoras.
- (E) delegar o licenciamento ao Ministério Público por meio de termo de ajustamento, pois a tutela coletiva do meio ambiente conduz o processo e define condicionantes técnicas do empreendimento.

QUESTÃO 35

No contencioso possessório envolvendo praças, áreas verdes e imóveis dominicais, o procurador municipal precisa diferenciar afetação, desafetação e modalidades de uso por particular para sustentar a tese correta. Assinale a alternativa correta sobre bens públicos.

- (A) Bens de uso comum do povo admitem alienação por ato do prefeito diante de interesse público e avaliação prévia, pois a afetação decorre de destinação fática e se altera por decreto.
- (B) Bens dominicais seguem regime integralmente privado, permitindo penhora e usucapião em caso de posse qualificada e inércia prolongada, mantendo proteção patrimonial equivalente ao de qualquer proprietário.
- (C) A desafetação de bem de uso especial ocorre de forma automática quando houver desocupação do órgão, e a alienação posterior prescinde de autorização legislativa por se tratar de gestão patrimonial.
- (D) A concessão de uso especial para fins de moradia alcança qualquer bem público, inclusive praça e logradouro, e gera transferência plena de propriedade ao ocupante após registro.
- (E) A alienação de bem de uso comum ou de uso especial exige prévia desafetação, e bens dominicais podem ser alienados conforme regras legais, com avaliação, autorização e procedimento.

QUESTÃO 36

No assessoramento a políticas regionais de saúde, resíduos e mobilidade, o Município pode atuar por consórcios públicos, alterando governança, execução e contratação de serviços. Assinale a alternativa correta sobre consórcios públicos.

- (A) Consórcio público nasce de protocolo de intenções ratificado por lei, podendo formar associação pública ou pessoa jurídica, com contrato de rateio e regras de atuação.
- (B) Consórcio público se constitui por decreto do chefe do Executivo e produz vínculo imediato entre entes, dispensando autorização legislativa, pois a cooperação federativa decorre do princípio da eficiência.
- (C) Consórcio público equivale a contrato de prestação de serviços por tarifa e se direciona a atividades econômicas, afastando atuação em saúde e saneamento.
- (D) Consórcio público integra a Administração direta do Estado-membro, e municípios participam como conveniados, com gestão centralizada na capital e execução descentralizada em cada ente.
- (E) Consórcio público substitui licitação para contratações entre participantes, permitindo aquisição e obras por ajuste verbal, bastando registro em ata para fins de controle externo.

QUESTÃO 37

Na cobrança judicial de tributos municipais, a Procuradoria trabalha com a Lei nº 6.830/1980 e com regras do Código Tributário Nacional sobre prescrição, interrupção e requisitos da certidão. Marque a alternativa correta sobre execução fiscal.

- (A) A inscrição em dívida ativa interrompe a prescrição, pois representa ato inequívoco de cobrança, e a execução fiscal pode ser ajuizada a qualquer tempo quando houver certidão regularmente emitida.
- (B) O ajuizamento da execução fiscal suspende o prazo prescricional até o fim do processo, e a demora na citação provoca perda de prioridade, preservando crédito exigível enquanto houver tentativa de localização.
- (C) A exceção de pré-executividade exige garantia do juízo e se processa como embargos, razão pela qual alegação de prescrição deve ser veiculada em embargos com penhora prévia de bens.
- (D) A certidão de dívida ativa exige identificação do devedor e valor, deixando origem, fundamento legal e data de inscrição para fase posterior, preservando celeridade do rito executivo.
- (E) O prazo prescricional da ação de cobrança conta da constituição definitiva do crédito tributário, e a interrupção ocorre com o despacho judicial que ordena a citação, reiniciando a contagem do prazo.

QUESTÃO 38

Qual foi o principal fator que motivou a instalação da "colônia" que deu origem ao município de Lima Campos?

- (A) O apoio de grandes empresas agrícolas que se estabeleceram na região para cultivo de cana-de-açúcar.
- (B) A oferta de terras férteis, oferecidas pelo prefeito de Pedreiras, para os moradores que fugiam da seca.
- (C) A proximidade com a capital São Luís, que facilitava o escoamento da produção agrícola.
- (D) A presença de uma grande comunidade indígena que ajudou na adaptação dos colonos.
- (E) A construção de uma estrada que conectava a região aos principais centros urbanos do estado.

QUESTÃO 39

A Usina Municipal de Luz e Força garantiu, por alguns anos, o fornecimento de energia elétrica a Lima Campos, por meio de motores movidos a diesel, o que impunha horários pré-determinados para o uso da eletricidade. Apenas na década de 1970 a rede de alta tensão da COHEBE alcançou a cidade de Pedreiras e, “não muito tempo depois, instalava-se uma rede secundária que, partindo da estação de rebaixamento em Pedreiras, destinava-se à eletrificação de Lima Campos e de outros lugares da circunvizinhança”, conforme registra José Edison Feitosa de Sá, no livro *Resgatando a História de Lima Campos – Uma Terra Prometida*. Diante desse contexto, qual acontecimento foi decisivo para a chegada da energia elétrica à região?

- (A) A entrada em funcionamento da Usina Hidrelétrica de Boa Esperança.
- (B) A instalação direta da rede de alta tensão da CEMAR em Lima Campos, sem necessidade de estações intermediárias ou redes secundárias.
- (C) A substituição dos motores a diesel da Usina Municipal por motores elétricos alimentados por geração local independente.
- (D) A interligação da rede elétrica da região à Usina Hidrelétrica de Tucuruí.
- (E) A instalação de um sistema de energia solar em Lima Campos, que supriu toda a demanda de eletricidade da cidade sem a necessidade de conexões externas.

QUESTÃO 40

Com base nos dados coletados ou sistematizados pelo IBGE, analise as afirmativas a seguir:

- I. Entre os Censos Demográficos de 2010 e 2022, o município de Lima Campos apresentou redução em seu contingente populacional.
- II. No Censo Demográfico de 2022 do IBGE, a população declarou-se predominantemente parda, seguida por pessoas que se autodeclararam pretas.
- III. O PIB per capita do município apresentou crescimento expressivo entre 2020 e 2021, praticamente dobrando no período, ao passar de R\$ 11.809,06 para R\$ 22.990,34. Esse desempenho colocou o município entre os 25 maiores PIBs do Estado do Maranhão.

Está(ão) correta(s):

- (A) Apenas I
- (B) Apenas II
- (C) Apenas III
- (D) Apenas II e III
- (E) I, II e III.